

DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA

Karla Thamiris Noronha Tomaz ¹

Cecília Maria Andrade Pinheiro ²

RESUMO

O trabalho analisa o direito à educação superior nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, um dos grupos mais marginalizados e isolados geograficamente no Brasil. A pesquisa examina os desafios enfrentados por essas populações para acessar o ensino superior, ressaltando a importância de ações afirmativas e da formação de professores que contemplem as especificidades culturais, sociais e geográficas da região. A implementação de cotas para povos tradicionais, bolsas de estudo, tecnologias para educação a distância e a formação de docentes com foco nas realidades locais são apresentadas como estratégias essenciais para promover a inclusão dos ribeirinhos no ensino superior. Além disso, o trabalho destaca a necessidade de descentralização do ensino superior, sugerindo o fomento da presença acadêmica nas próprias comunidades para facilitar o acesso à educação. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise de documentos sobre educação superior, políticas públicas e contextos socioculturais das comunidades ribeirinhas. Esse enfoque metodológico busca entender as dificuldades enfrentadas por essas populações e propor soluções para garantir que tenham acesso ao ensino superior, reconhecendo a importância de políticas públicas que atendam às particularidades locais e favoreçam a inclusão educacional na Amazônia. O estudo, portanto, aponta caminhos para a transformação social e educacional dessas comunidades.

Palavras-chave: Ensino superior, Direito à educação, Ribeirinhos, Amazônia.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, porém, na prática, o acesso ao ensino superior ainda é limitado para comunidades historicamente marginalizadas, como os ribeirinhos da Amazônia. Fatores como distância geográfica, infraestrutura precária e currículos pouco adaptados às especificidades culturais e sociais dificultam a permanência desses estudantes no ambiente acadêmico.

¹ Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia. Graduanda do Curso de Letras pela Unicesumar, karlanoronha01@gmail.com;

² Graduanda em Gestão Pública pela Unifael. Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará. Pós-graduanda em Educação Indígena pela Uniminas, ceciliaandrade114@gmail.com;

Este trabalho analisa os desafios enfrentados pelos estudantes ribeirinhos no acesso à educação superior, buscando compreender como barreiras estruturais, sociais e pedagógicas impactam sua inclusão. O objetivo é identificar estratégias que promovam uma educação mais equitativa e inclusiva, valorizando os saberes locais e contribuindo para a redução das desigualdades históricas na região.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentando-se na análise da obra *Outros sujeitos, outras pedagogias*, de Miguel Arroyo (2012), a qual propõe uma reflexão crítica acerca da identificação dos sujeitos da educação e das pedagogias que os reconhecem e valorizam. Essa análise foi desenvolvida em diálogo com o direito a educação, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, e com as experiências de professores da rede pública de ensino que atuam em municípios ribeirinhos paraenses, segundo discutido no artigo *Narrativa de professores ribeirinhos: tensões, fragilidades e desafios*, de Edwana Nauar de Almeida e Lucélia de Moraes Braga Bassalo (2020).

REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 a 214, assegura que a educação é um direito de todos e um dever compartilhado pelo Estado e pela família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade. O objetivo da educação, conforme a Constituição, é garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, consolidando-se como um instrumento de inclusão social e promoção da justiça. Além disso, a legislação estabelece que nenhum indivíduo pode ser privado do direito à educação em razão de condições econômicas, sociais, físicas ou geográficas. Apesar desse marco legal, observa-se que, na prática, o acesso à educação, especialmente ao ensino superior, ainda representa um dos maiores desafios para comunidades historicamente marginalizadas, como as populações ribeirinhas da região Norte do Brasil.

Essas populações, residentes às margens de rios no Pará, enfrentam barreiras geográficas, infraestrutura precária, limitações de transporte e escassez de políticas públicas adaptadas às suas necessidades. Esses fatores evidenciam uma contradição entre o direito formal à educação previsto na Constituição e as condições concretas de acesso e permanência escolar dessas comunidades, especialmente no ensino superior.

O conceito de “outros sujeitos”, conforme discutido por Arroyo (2012), permite compreender essas populações de forma crítica. Arroyo define como “outros sujeitos” aqueles historicamente excluídos dos processos educativos convencionais, cujas experiências, saberes e culturas próprias desafiam as pedagogias tradicionais. Ao se fazerem presentes nas escolas e universidades, esses sujeitos exigem a criação de “outras pedagogias” capazes de reconhecer suas especificidades, respeitar seus contextos culturais e sociais, e estabelecer diálogos significativos com seus modos de vida. Nesse sentido, os ribeirinhos podem ser compreendidos como “outros sujeitos”, cujas demandas educacionais não se alinham aos modelos padronizados e urbanos, mas que necessitam de práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas.

A pedagogia tradicional, centrada em padrões urbanos e homogêneos, muitas vezes se mostra inadequada para atender às particularidades da Amazônia. Como observa Oliveira (2006, p. 154):

“Não só o ingresso das classes populares na escola é eminentemente seletivo, como a sua permanência e participação no trabalho escolar são reprimidas por estas práticas simbólicas autoritárias e conservadoras. Negar o outro, negar o dizer do outro e a sua lógica de construção do pensamento tem sido a prática escolar de dominação vigente nas relações sociais e históricas dos seres humanos.”

Em diálogo com Almeida e Bassalo (2021), observa-se que os professores que atuam em comunidades ribeirinhas enfrentam desafios significativos em sua prática cotidiana, evidenciando a tensão entre políticas educacionais oficiais e a realidade local. Os autores destacam que:

“A análise das narrativas revelou a fragilidade da formação dos professores para entender e lidar com a precariedade que marcam a trajetória de vida dos estudantes” (ALMEIDA; BASSALO, 2021, p. 1172).

Esse cenário evidencia a necessidade de repensar os métodos pedagógicos e currículos escolares de forma a reconhecer e valorizar os saberes locais, promovendo uma educação mais equitativa e inclusiva. Compreender a educação superior na Amazônia requer um olhar atento para os “outros sujeitos”, considerando suas práticas culturais, modos de vida e formas de aprendizagem. A implementação de pedagogias contextualizadas, que dialoguem com a realidade ribeirinha e promovam inclusão efetiva, é fundamental para reduzir desigualdades educacionais e garantir que o direito à educação seja realmente universal, conforme preconizado pela Constituição.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 a 214, assegura que a educação é um direito de todos e um dever compartilhado pelo Estado e pela família, devendo ser

promovida com a colaboração da sociedade. O objetivo da educação, conforme a Constituição, é garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, consolidando-se como um instrumento de inclusão social e promoção da justiça. Além disso, a legislação estabelece que nenhum indivíduo pode ser privado do direito à educação em razão de condições econômicas, sociais, físicas ou geográficas. Apesar desse marco legal, observa-se que, na prática, o acesso à educação, especialmente ao ensino superior, ainda representa um dos maiores desafios para comunidades historicamente marginalizadas, como as populações ribeirinhas da região Norte do Brasil.

Essas populações, residentes às margens de rios no Pará, enfrentam barreiras geográficas, infraestrutura precária, limitações de transporte e escassez de políticas públicas adaptadas às suas necessidades. Esses fatores evidenciam uma contradição entre o direito formal à educação previsto na Constituição e as condições concretas de acesso e permanência escolar dessas comunidades, especialmente no ensino superior.

O conceito de “outros sujeitos”, conforme discutido por Arroyo (2012), permite compreender essas populações de forma crítica. Arroyo define como “outros sujeitos” aqueles historicamente excluídos dos processos educativos convencionais, cujas experiências, saberes e culturas próprias desafiam as pedagogias tradicionais. Ao se fazerem presentes nas escolas e universidades, esses sujeitos exigem a criação de “outras pedagogias” capazes de reconhecer suas especificidades, respeitar seus contextos culturais e sociais, e estabelecer diálogos significativos com seus modos de vida. Nesse sentido, os ribeirinhos podem ser compreendidos como “outros sujeitos”, cujas demandas educacionais não se alinham aos modelos padronizados e urbanos, mas que necessitam de práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas.

A pedagogia tradicional, centrada em padrões urbanos e homogêneos, muitas vezes se mostra inadequada para atender às particularidades da Amazônia. Como observa Oliveira (2006, p. 154):

“Não só o ingresso das classes populares na escola é eminentemente seletivo, como a sua permanência e participação no trabalho escolar são reprimidas por estas práticas simbólicas autoritárias e conservadoras. Negar o outro, negar o dizer do outro e a sua lógica de construção do pensamento tem sido a prática escolar de dominação vigente nas relações sociais e históricas dos seres humanos.”

Em diálogo com Almeida e Bassalo (2021), observa-se que os professores que atuam em comunidades ribeirinhas enfrentam desafios significativos em sua prática cotidiana, evidenciando a tensão entre políticas educacionais oficiais e a realidade local. Os autores destacam que:

“A análise das narrativas revelou a fragilidade da formação dos professores para entender e lidar com a precariedade que marcam a trajetória de vida dos estudantes” (ALMEIDA; BASSALO, 2021, p. 1172).

Esse cenário evidencia a necessidade de repensar os métodos pedagógicos e currículos escolares de forma a reconhecer e valorizar os saberes locais, promovendo uma educação mais equitativa e inclusiva. Compreender a educação superior na Amazônia requer um olhar atento para os “outros sujeitos”, considerando suas práticas culturais, modos de vida e formas de aprendizagem. A implementação de pedagogias contextualizadas, que dialoguem com a realidade ribeirinha e promovam inclusão efetiva, é fundamental para reduzir desigualdades educacionais e garantir que o direito à educação seja realmente universal, conforme preconizado pela Constituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das condições de acesso à educação superior nas comunidades ribeirinhas do Pará revela diversos desafios estruturais, culturais e pedagógicos que dificultam a inclusão desses grupos no ensino superior. Barreiras geográficas, como a distância entre as comunidades ribeirinhas e os centros urbanos onde se encontram as universidades, limitam o acesso físico ao ensino superior. O transporte restrito e irregular, aliado à precariedade da infraestrutura escolar local, contribui para a exclusão desses estudantes do ambiente acadêmico.

Além das dificuldades físicas, as políticas públicas voltadas para o ensino superior muitas vezes não consideram as especificidades das comunidades ribeirinhas. As ações educacionais apresentam caráter generalista, sem contemplar práticas culturais, ritmos de vida e saberes locais, o que dificulta a adaptação dos estudantes à rotina acadêmica convencional.

As práticas pedagógicas tradicionais também impactam diretamente a permanência e o desempenho acadêmico desses estudantes. O modelo educacional homogêneo e centrado em padrões urbanos tende a marginalizar indivíduos que não se enquadram nesses critérios, contribuindo para a evasão escolar e a sensação de inadequação ao ambiente universitário.

Os resultados indicam ainda que o acesso à educação superior envolve não apenas questões de infraestrutura, mas também dimensões sociais, culturais e pedagógicas. Para promover uma educação inclusiva e significativa para os ribeirinhos, é necessário repensar currículos e metodologias de ensino, incorporando estratégias que valorizem os saberes locais, respeitem os contextos culturais e promovam maior equidade acadêmica.

Em síntese, a discussão dos resultados mostra que garantir o acesso efetivo à educação superior nas comunidades ribeirinhas exige atenção simultânea a fatores estruturais, sociais e pedagógicos, de modo a reduzir desigualdades históricas e criar oportunidades reais de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o acesso à educação superior nas comunidades ribeirinhas da Amazônia evidencia que, embora a educação seja um direito garantido constitucionalmente, diversas barreiras estruturais, culturais e pedagógicas ainda dificultam a inclusão desses grupos no ensino superior. As dificuldades geográficas, a precariedade da infraestrutura escolar e a ausência de políticas públicas adaptadas às especificidades locais tornam o percurso acadêmico desses estudantes particularmente desafiador.

Além disso, a análise mostra que os modelos pedagógicos convencionais, centrados em padrões urbanos e homogêneos, pouco dialogam com os saberes, práticas culturais e modos de vida das populações ribeirinhas. Isso reforça a necessidade de repensar currículos, metodologias de ensino e estratégias pedagógicas, criando um ambiente educacional mais inclusivo e sensível às particularidades locais.

As principais conclusões indicam que garantir a efetividade do direito à educação superior para ribeirinhos exige uma abordagem integrada, que combine melhorias na infraestrutura, formação de professores capacitados para atuar em contextos específicos e desenvolvimento de políticas públicas flexíveis e contextualizadas. A adoção de práticas pedagógicas inclusivas pode reduzir desigualdades históricas, fortalecer a permanência dos alunos e promover maior participação dessas comunidades no ambiente universitário.

Em termos de aplicação prática, os resultados desta pesquisa podem orientar gestores educacionais, formuladores de políticas públicas e profissionais da educação na construção de estratégias mais eficazes para inclusão acadêmica. Além disso, contribui para a reflexão científica sobre a necessidade de considerar a diversidade cultural e social na formulação de políticas educacionais, ampliando o debate sobre equidade, cidadania e justiça social na Amazônia.

Em suma, este trabalho reforça que a educação superior deve ser não apenas um direito formal, mas também uma prática efetiva de inclusão, capaz de reconhecer e valorizar as experiências e saberes dos ribeirinhos, promovendo transformações significativas na realidade educacional e social dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.

Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural: mediações e práticas pedagógicas.

Petrópolis: Vozes, 2008.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. Educação popular e movimentos sociais: práticas de formação crítica e emancipadora. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.

São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KOHL-SANTOS, Priscila; MOROSINI, Marília. O estado do conhecimento como método e como objeto: possibilidades para o campo educacional. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Educação na Amazônia: desafios para a inclusão social. Belém: EDUFPA, 2006.

ALMEIDA, Edwana Nauar de; BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. Narrativa de professores ribeirinhos: tensões, fragilidades e desafios. Belém: EDUEPA, 2020.